

A filosofia na perspectiva de Gilles Deleuze

Mônica Sampaio da Silva¹
José Renato de Araújo Sousa²

Resumo

Partindo da noção de filosofia como criação de conceitos proposta por Gilles Deleuze e Felix Guattari em *O que é a filosofia?* a filosofia, assim como a arte e a ciência, é essencialmente criadora, mas cada uma cria algo diferente: a filosofia cria conceitos, a arte cria afectos e perceptos e a ciência cria funções, que este artigo propõe a levantar algumas considerações sobre a concepção de filosofia para estes pensadores. Começando pela crítica que Deleuze (1988) faz a filosofia clássica como imagem dogmática do pensamento, em seguida será abordado a concepção de filosofia concebida por esses pensadores, bem como o que é um conceito e por fim discorrerá sobre a trindade filosófica: traçar (um plano de imanência), inventar (personagens conceituais) e criar (conceitos). A metodologia deu-se por pesquisa bibliográfica a partir de algumas obras como: *Diferença e Repetição* (1988), *O que é a filosofia* (2010), *Mil Platôs* (1995) vol. 1 e textos de alguns comentadores.

Palavras-chave: Representação; Criação conceitual; trindade filosófica.

Abstract

Starting from the idea of philosophy as concept creation proposed by Gilles Deleuze and Felix Guattari in *What is philosophy ?*, philosophy, as art and science, is essentially creator, however each creates something different: philosophy creates concepts, art creates affections and perceptions and science creates functions, that this article proposes to raise some considerations about the conception of philosophy for these thinkers. Starting with the criticism that Deleuze (1988) makes classical philosophy as a dogmatic image of thought, then will approach concept of philosophy conceived by these thinkers, even as what is a concept. And ultimately will discuss the philosophical trinity: to trace (a immanence plane), devising (conceptual personages) and creating (concepts). The methodology was given by bibliographic research from some works such as: *Difference and Repetition* (1988), *What is philosophy* (2010), *Mil Platôs* (1995) vol. 1 and texts by some commentators.

Keywords: Representation; Conceptual creation; philosophical trinity.

¹Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Filosofia – UFPI, Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio – UESPI e Graduada em Filosofia – UFPI. E-mail: monicasampaio79@gmail.com

² Professor Associado do Departamento de Fundamentos da Educação, Centro de Ciências da Educação da UFPI, Professor do Programa Mestrado Profissional em Filosofia – UFPI.

1. INTRODUÇÃO

O pensamento desenvolvido pelos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari (2010) inaugurou uma nova perspectiva de filosofia – como sendo “a arte de criar conceitos”, opondo-se a filosofia clássica – como uma filosofia que pensa a partir de pressupostos e postulados. Deleuze escreveu vários livros deixando de forma marcante seu pensamento na história da filosofia.

Neste artigo será abordado a crítica deleuziana à filosofia clássica, que toma-a como imagem dogmática do pensamento para pensá-la como pensamento sem imagem. Será abordado também a concepção de filosofia para Deleuze, bem como o que é um conceito para este filósofo e por fim, trataremos da trindade filosófica em Deleuze: traçar (plano de imanência), inventar (personagens conceituais) e criar (conceitos).

2. A filosofia como imagem dogmática do pensamento

A obra deleuziana: *Diferença e Repetição* vem fazer uma imprescindível análise sobre a história da filosofia, concebida como uma narrativa das formas da representação, dos simulacros, da imagem dogmática do pensamento e seus respectivos postulados, para pensar a filosofia como pensamento sem imagem, como ato de pensar engendrado no próprio pensamento que envolve as potências do pensar: a diferença e a repetição.

Nessa obra, Deleuze faz a distinção entre repetição e generalidade. A generalidade apresenta duas ordens: semelhança e igualdade. Ela corresponde às proposições particulares, em que um termo pode ser substituído por outro semelhante ou igual; enquanto que a repetição é uma conduta que concerne a uma singularidade, é insubstituível. “repetir é comportar-se, mas com relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente” (DELEUZE, 1988, p. 11). A repetição exprime uma singularidade contra o geral, uma universalidade contra o particular.

Segundo Deleuze (1988), os signos são verdadeiros elementos do teatro, pois testemunham potências que agem nas palavras, nos gestos, nos personagens e nos objetos representados, ou seja, significam a repetição – movimento real – e não representação. Nesse sentido, a aprendizagem se dá na apreensão do que é ensinado como signos a serem desenvolvidos na heterogeneidade. Em outras palavras, aprendemos no encontro com o “Outro”, compreendendo a diferença na repetição transportando esta diferença pelo espaço repetitivo assim constituído. Deleuze relata que:

Nada aprendemos com aqueles que nos diz: faça como eu. Nossos mestres são aqueles que nos dizem “faça comigo” e que, em vez de nos propor gestos a serem reproduzidos, sabem emitir signos a serem desenvolvidos no heterogêneo. (DELEUZE, 1988, p. 31)

Deleuze em *Proust e os signos* afirma que “tudo que nos ensina alguma coisa emite signos, todo ato de aprender é uma interpretação de signos ou de hieróglifos”. (2003, p. 4) Nesse sentido, o bom professor não transmite conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes, mas emite signos a serem decifrados. O estudante aprende não “fazendo como” e sim “fazendo com” seu professor. Segundo esse filósofo há uma pluralidade de mundos e nessa pluralidade há quatro tipos de signos a serem interpretados: mundanos, amorosos, sensíveis e os signos da arte. Caracterizemos, então, cada um dos signos.

Os signos mundanos são vazios, substituem o pensamento e a ação, são capazes de provocar uma exaltação nervosa. É um tempo perdido (a busca da verdade é sempre uma verdade do tempo). Eles precisam da inteligência para ser interpretados; são materiais por evoluírem no vazio; remetem ao objeto e ao sujeito que o interpreta e desenvolve o sentido do signo; na relação do signo com seu sentido é uma generalidade de série ou generalidade de grupo.

Os signos amorosos são materiais, são inseparáveis da força de um rosto (rosto da pessoa amada), que só se espiritualizam quando a criatura amada dorme. Assim como os signos mundanos e sensíveis decorrem de uma

interpretação ora objetivista ora subjetivista; o efeito desse signo sobre nós é angústia e sofrimento; são enganadores: seu sentido se encontra na contradição daquilo que revelam e do que pretendem esconder; a faculdade que interpreta esse signo está no esforço da inteligência não mais suscitado por uma exaltação nervosa que precisa ser acalmada, mas pelos sofrimentos da sensibilidade, que é necessário transmutar em alegria; situa-se no tempo perdido: tempo em que altera os seres e as coisas e que os faz passar; há uma generalidade serial e generalidade de grupo (essência enfraquecida).

Os signos sensíveis também são qualidades materiais (aromas e sabores); também decorrem de uma interpretação ora objetivista ora subjetivista; alegria extraordinária dos signos sensíveis (onde a angústia, entretanto, ainda desponta como a contradição subsistente do ser e do nada); são verídicos, mas neles permanecem a oposição da sobrevivência e do nada e seu sentido ainda é material, reside em outra coisa; a faculdade que interpreta ora memória involuntária ora a imaginação; nos apresentam uma nova estrutura do tempo: tempo que se redescobre no seio do próprio tempo perdido, imagem da eternidade, tem o poder de suscitar, pelo desejo e a imaginação, seja ressuscitar pela memória involuntária o Eu que corresponde ao seu sentido; a essência começa a adquirir um mínimo de generalidade, quanto mais enfraquecida a essência mais ela dependerá de informações contingentes e de determinações exteriores.

Os signos da arte – é somente na arte que o signo se torna imaterial, ao mesmo tempo em que seu sentido se torna espiritual; alegria pura dos signos da arte (efeito do signo sobre nós); a faculdade que o interpreta é o pensamento puro como faculdade das essências; definem o tempo redescoberto: tempo primordial absoluto, verdadeira eternidade que reúne o sentido e o signo. Pois sentido e signo estão implicados um no outro e sua explicação se dá ao passo em que é interpretado. A essência põe o signo e o sentido em movimento, é ela que examina a relação entre eles e o grau de proximidade ou afastamento entre eles. Como o signo está parcialmente contido no objeto e o sentido depende em parte do sujeito, a essência é a razão suficiente na relação entre signo e sentido. A essência está nos signos

mundanos, amorosos e sensíveis, mas enfraquecida e só no signo da arte que ela é revelada. Por isso, que só compreendemos de fato quando interpretamos os signos da arte. O tempo redescoberto da arte engloba e compreende todos os outros, pois é unicamente nele que cada linha de tempo encontra sua verdade, seu lugar e seu resultado do ponto de vista da verdade. Para Deleuze:

Erramos quando acreditamos nos fatos: só há signos. Erramos quando acreditamos na verdade: só há interpretações. O signo tem um sentido sempre equívoco, implícito e implicado. [...]; tudo é implicado, complicado, tudo é signo, sentido, essência. Tudo existe nessas zonas obscuras em que penetramos como criptas, para aí decifrar hieróglifos e linguagens secretas. (DELEUZE, 2003, p. 86)

Deleuze (2003) afirma que Proust manifesta em sua obra “*A La recherche du temps perdu?*” uma imagem do pensamento oposta à da filosofia clássica, essa imagem de pensamento de Proust se opõe aos pressupostos que são a essência da filosofia clássica, que seria a boa vontade em buscar a verdade e uma boa vontade de pensar. Nesse contexto, Proust critica a filosofia clássica e à amizade (*philia*) porque os amigos estão sempre de acordo, sempre concordam em relação à significação das coisas, onde as verdades são convencionais e comunicáveis. Mas pensar, segundo Deleuze na obra *Proust e os signos*, é ato involuntário, que ocorre quando somos forçados a pensar, quando sofremos uma violência de algo e esse algo que nos força a pensar, que violenta o pensamento é o signo, pois o “mais importante do que o pensamento é o que ‘dá o que pensar’ e quanto “a verdade não se dá, se trai; não se comunica, se interpreta; não é voluntária, é involuntária” (DELEUZE, 2003, p. 89).

Deleuze fundamenta a noção de signo na semiótica de Charles Sanders Peirce. A semiótica estuda o signo, o modo como ele se constitui na linguagem. Em outras palavras, a semiótica estuda o signo como construção de significado na linguagem.

É no ato de pensar, forçado pela contingência do encontro com o signo, que se engendra a criação verdadeira. Dessa forma, o ato de criar

conceitos passa pela interpretação dos signos, que se dá à medida que o pensamento é violentado, afetado pelo signo. Deleuze diz que:

A criação é a gênese do ato de pensar no próprio pensamento. Ora, essa gênese implica alguma coisa que violenta o pensamento, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas, pensar é sempre interpretar, isto é, explicar, desenvolver, decifrar, traduzir um signo. Traduzir, decifrar, desenvolver são a forma da criação pura. (DELEUZE, 2003, p. 91)

O erro da filosofia, na perspectiva deleuziana, é visar uma representação universalizante do que seria o pensamento com propensão a buscar naturalmente o verdadeiro, e isso é um erro porque “o que nos força a pensar é o signo. O signo é o objeto de um encontro; mas é precisamente a contingência do encontro que garante a necessidade daquilo que faz pensar” (DELEUZE, 2003, p. 91) e não a busca do reconhecimento dos objetos e do mundo. O signo é o objeto do encontro, mas esse encontro é contingente e se realiza com coisas e não com pessoas. Em *O abecedário*, na letra C de Cultura, Deleuze fala que os encontros acontecem com as coisas, com obras de arte, no cinema e não com pessoas, esse é o entendimento de encontro para ele. Na sala de aula o que faz pensar e aprender a fazer filosofia com os estudantes são os encontros com os signos emitidos na arte de fazer retratos, aliando os problemas filosóficos com as obras de arte, música, cinema, pois aprende-se quando algo nos afeta, nos dá o que pensar. Parafraseando Deleuze, deve-se sair da filosofia pela filosofia, deve-se pensar o que se faz, sempre à espreita de um encontro.

Aprendemos ao constituirmos este espaço do encontro com os signos, em que os pontos relevantes se retornam uns nos outros e em que a repetição, entendida como movimento real, se forma ao mesmo tempo em que se disfarça. Na obra *Diferença e Repetição* (1988), no capítulo III – A imagem do pensamento, Deleuze desenvolve magistralmente a concepção ocidental e, ao mesmo tempo, faz uma crítica à filosofia como imagem dogmática do pensamento para, então, engendrar a filosofia como pensamento sem imagem.

Ele coloca os pressupostos filosóficos e postulados como impedimento ao que verdadeiramente significa pensar. Começemos com o problema dos

pressupostos filosóficos que são objetivos tanto quanto são subjetivos. Chamam-se pressupostos objetivos os conceitos supostos por um conceito dado, que julga que, cada um saiba tal conceito e o que estes significam, remetendo seus pressupostos ao ser empírico. Já os pressupostos subjetivos, compreendem o universal de suas premissas; ele tem a forma de “todo mundo sabe, ninguém pode negar” e esta é a forma da representação e o discurso do representante.

Para Deleuze, “a Filosofia se coloca do lado do idiota como de um homem sem pressupostos” (DELEUZE, 1988, p. 129). Invocar o universal, reconhecer que todo mundo sabe o que se julga ser reconhecido por todo mundo, em nada contribui para o pensar, “enquanto o pensamento permanecer submetido a esta Imagem que já prejulga tudo” (DELEUZE, 1988, p. 130) é inútil esta forma de pensamento pois impede-o de encontrar a diferença na repetição autêntica que só se dá num pensamento sem imagem.

Para que melhor apareçam às condições de uma filosofia isenta de pressupostos, o filósofo deve ser alguém que não se deixa representar e não quer representar ninguém. Ele é “um singular cheio de má vontade”, que não tem pressupostos, que não fala em nome dos outros. Ele opõe-se à forma da representação. Aos postulados filosóficos, que de maneira inútil multiplica as declarações de filósofos para verificar a existência do pressuposto, a filosofia “tomaria como ponto de partida de uma crítica radical da Imagem e dos ‘pressupostos’ que ela implica” (DELEUZE, 1988, p. 130).

Ainda nesse capítulo, Deleuze discorre sobre a existência de um modelo do pensamento: o da reconhecimento. Ele a “define pelo exercício concordante de todas as faculdades sobre um objeto suposto como sendo o mesmo: é o mesmo objeto que pode ser visto, tocado, lembrado, imaginado, concebido...” (DELEUZE, 1988, p. 131). No modelo da reconhecimento o pensamento é suposto como sendo naturalmente reto, referida a um sujeito, orientando-o sob a forma do Mesmo. A reconhecimento exige o princípio subjetivo da colaboração do senso comum.

Aqui, o senso comum é entendido como “a norma de identidade, do ponto de vista do Eu puro e da forma de objeto qualquer que lhe corresponde”

(DELEUZE, 1988 p. 132). O filósofo, nesse modelo de pensamento, dá um conceito filosófico ao pressuposto do senso comum, “é o senso comum tornado filosófico”³ (DELEUZE, 1988, p. 132). E Deleuze (1988) alerta que o modelo de reconhecimento ainda é o modelo que reina e orienta a análise filosófica do que significa pensar.

Permanecendo prisioneiro da imagem dogmática, o filósofo cai num círculo vicioso pelo qual pretende levar a verdade das soluções aos problemas, ou seja, remete a verdade dos problemas à possibilidade de suas soluções. Com isso, segundo Deleuze (1988), encontram-se sempre dois aspectos da ilusão das soluções na doutrina da verdade: a ilusão natural e a ilusão filosófica.

A primeira “consiste em decalcar os problemas sobre proposições que se supõe preexistentes” e a segunda “consiste em avaliar os problemas segundo sua ‘resolubilidade’, isto é, de acordo com a forma extrínseca variável da possibilidade de sua solução” (DELEUZE, 1988, p. 156). E para sair dessas ilusões que concernem à imagem dogmática, é preciso rejeitar a qualquer possibilidade de tomar os problemas sob proposições possíveis e a definir a verdade dos mesmos pela possibilidade de receberem uma solução.

Deleuze (1988) faz a distinção entre os problemas e as proposições. O problema, para esse filósofo, é entendido como Idéia ou universal, constituindo uma singularidade; enquanto que a proposição é particular e representa uma resposta determinada. Vejamos o que ele diz:

Os problemas são sempre dialéticos; eis por que, quando a dialética “esquece” sua relação íntima com os problemas enquanto Idéias, quando ela se contenta em decalcar os problemas sobre as proposições, ela perde sua verdadeira potência para cair sob o poder do negativo e substitui necessariamente a objetividade ideal do problemático por um simples confronto de proposições opostas, contrárias ou contraditórias. (DELEUZE, 1988, p. 158)

Os problemas e suas simbólicas estão sempre em relação com os signos. “São os signos que ‘dão problema’ e que se desenvolvem num campo

³O senso comum é tornado filosófico quando usa-se termos que ao invés de se conectarem ao plano de imanência se projetam no plano de transcendência.

simbólico” (op. cit. p. 158). Como já foi dito antes, a aprendizagem se dá na apreensão do que é ensinado como signos a serem desenvolvidos na heterogeneidade. Ao falar em aprendizagem, é oportuno colocar a distinção entre aprender e saber, porque esses termos não são correlatos na concepção deleuziana. Para Deleuze,

Aprender é o nome que convém aos atos subjetivos operados em face da objetividade do problema (Idéia), ao passo que saber designa apenas a generalidade do conceito ou a calma posse de uma regra das soluções” (1988, p. 158-159).

Nesse contexto, Deleuze (1988) vem falar da educação dos sentidos. Nela, o aprendiz procura fazer nascer na sensibilidade, a apreensão daquilo que só pode ser sentido num campo simbólico, pois

nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender – que amores tornam alguém bom em Latim, por meio de que encontros se é filósofo, em que dicionários se aprende a pensar” (DELEUZE, 1988, p. 159).

Assim, não há método para aprender, “mas um violento adestramento, uma cultura” que percorre o indivíduo. Não há método porque este pressupõe o saber, é a manifestação do senso comum – que constitui a *doxa* – tendo como pressuposto “uma boa vontade como uma ‘decisão premeditada’ do pensador” ao passo que a cultura pressupõe que o aprender é involuntário porque passa-se no inconsciente, para encadear uma sensibilidade, uma memória, e depois um pensamento que se dá, como já foi dito, por “um violento adestramento”. Por isso que “é do ‘aprender’ e não do saber que as condições transcendentais do pensamento devem ser extraídas” (DELEUZE, 1988, p. 160).

Como foi dito no início, no capítulo III – A imagem do pensamento, Deleuze (1988) aponta, oito postulados da filosofia como imagem dogmática do pensamento. Estes postulados, segundo esse filósofo, são obstáculos para uma filosofia da diferença e da repetição. Tais postulados “esmagam o pensamento sob uma imagem que é a do Mesmo e do Semelhante na representação, mas que trai profundamente o que significa pensar, alienando as duas potências da diferença e da repetição” (DELEUZE, 1988, p. 161).

A filosofia que compreende verdadeiramente o que significa pensar é aquela que remete ao pensamento sem imagem, é o ato de pensar engendrado no próprio pensamento, que envolve as duas potências: a diferença – que exige uma Idéia singular – e a repetição – que concerne ao que é insubstituível, é repetição autêntica, opondo-se ao semelhante ou ao equivalente; que faz uma crítica radical a uma filosofia que visa uma representação universalizante do que seria o pensamento com propensão a buscar o verdadeiro, tendo como função apenas o reconhecimento dos objetos e do mundo.

E falando em repetição, há que se pensar no trabalho do professor em sala de aula. O ato de ministrar aulas expositivas no intuito de informar e reproduzir o produto do pensamento alheio, a simples transmissão de conteúdos, calcado no ensino de filosofia como, representacionista do conhecimento, recai na repetição mecânica. Mas é interessante pensar a aula de filosofia como filosofia da diferença, que ao se repetir sempre traz algo novo que não havia sido problematizado antes.

Essa aula se faz na repetição autêntica, onde as condições de sua realização estão no acontecimento que se encontra não num plano determinado, mas num plano de imanência instaurado pelo professor em ressonância com seus intercessores, que são seus alunos. Ele retira-os da condição de reprodutores do mesmo, da reconhecimento para problematizar, para provocar o máximo da potência do pensar, de afetar verdadeiramente seus alunos.

O professor, ao ministrar aulas em várias turmas de 1º ano, por exemplo, embora trabalhando a mesma problemática, o faz sempre de forma diferente; a cada repetição da aula, há a repetição autêntica, pois cada aula que se repete é recriada e reaparece como novo. O passado é virtualidade como afirma Garcia⁴ “o novo (de novo) muda o próprio passado, não o real acontecido, mas o equilíbrio entre a realidade e a virtualidade no passado” (2012, p. 78)

⁴GARCIA, Wladimir A. C. **A Lógica do Contágio**. Revista Educação. Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença. Edição Especial Biblioteca do Professor. 2ª Edição – Ed. Nº 6.

2. 1 Concepção de filosofia para Deleuze

Na introdução da obra *O que é a filosofia?* (2010) Deleuze coloca a questão admitindo que a faz tardiamente e que sempre teve vontade de fazer filosofia e fez por exercício de estilo. Para este filósofo a resposta para essa indagação é de que a filosofia é a arte de criar conceitos e que esses conceitos necessitam de personagens conceituais para assim contribuir para sua definição.

A filosofia na antiguidade era concebida pelos gregos como uma atividade contemplativa, privilegiada. Como exemplo tem-se a filosofia de Platão, com a teoria dos mundos sensível e inteligível em que o conhecimento verdadeiro estaria num mundo inteligível, transcendental. Segundo a teoria platônica, as ideias residiriam no mundo inteligível e não no mundo sensível. Sua natureza seria imutável, e os objetos do mundo sensível organizam suas estruturas conforme a estas ideias, mas apenas como cópias, ou representação.

Segundo a filosofia platônica, no inteligível - mundo das ideias perfeitas, das essências - a alma participa das ideias perfeitas, enquanto que no mundo sensível - mundo das cópias, imagens - a alma enfraquecida esquece do mundo inteligível, das ideias perfeitas, mas deve procurar lembrar-se das ideias do mundo inteligível. Segundo Deleuze, na obra *Lógica do Sentido, no capítulo Platão e o simulacro* (1974), o filósofo grego, nos livros *Fedro* e *O Político*, buscava apresentar o bom pretendente à filosofia. Já no livro *O Sofista*, Platão busca com o método da divisão ou da seleção do bom pretendente, encurralar o falso pretendente da filosofia. Deleuze (1974) afirma que Platão divide as cópias em dois domínios: em cópias-ícones que devem assemelhar-se ao máximo às ideias perfeitas (modelo) e em simulacros-fantasmas que se fundam na dessemelhança, que são desvios e assim implicando numa perversão por não serem possuidoras de semelhança. Vejamos:

As cópias são possuidoras em segundo lugar, pretendentes bem fundados, garantidos pela semelhança; os simulacros são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essenciais. (DELEUZE, 1974, p. 262)

É nesse objetivo de Platão de dar um fundamento às boas imagens, aquelas que se assemelham a Ideia e conseqüentemente selecionar e afastar as más cópias, os falsos pretendentes, ou seja, os simulacros, que Deleuze vai propor a perversão, a subversão do platonismo. É naquilo que Platão procurava combater na construção de sua teoria dualista dos mundos que Deleuze vai extrair o conceito de simulacro para conectá-lo a sua teia conceitual, para fazer parte da relação de conceitos constituída em sua filosofia da diferença, pois para Deleuze o pensamento filosófico se faz na relação de conceitos, todos os conceitos se relacionam e se conectam formando um rizoma⁵.

Os gregos argumentavam que a filosofia é um ato de amizade ou de amor pela sabedoria e o filósofo é o amigo da sabedoria, decretando assim, a morte do sábio pois o filósofo é o amigo da sabedoria e este não tem a sua posse. Deleuze coloca a questão que o amigo tal como aparece na filosofia grega é um personagem extrínseco, mas para Deleuze, o filósofo é aquele que fabrica e para isso ele precisa do personagem conceitual como presença intrínseca ao pensamento. É com os personagens conceituais que se cria as condições de possibilidade do pensamento.

Como pode-se ver, Deleuze coloca sua concepção de filosofia distinta daquela proposta pelos gregos, a filosofia como sendo “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.8). Esses autores franceses apresentam uma perspectiva de filosofia em sua obra “*O que é a Filosofia?*”. De acordo com essa perspectiva, a filosofia é colocada como uma arte, a arte de criar conceitos, como uma atividade criadora. Vejamos como esses autores descrevem a filosofia:

⁵ Deleuze (1995) desterritorializar-se indo à biologia para criar o seu conceito de rizoma. O rizoma na concepção deleuziana é o pensamento entendido como um emaranhado, uma teia, em que se conecta, se quebra e volta a conectar-se em qualquer lugar, não começo e nem fim, há apenas um meio. Sobre o conceito de rizoma C. f. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995. Vol. 1.*

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é mais uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente forma, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em *criar* conceitos (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 11).

Para Deleuze e Guattari (2010) a função da filosofia é criar conceitos sempre novos e a competência do filósofo se traduz por uma criação de conceitos, e por ser bom em conceitos, é ele que sabe quais conceitos são viáveis e consistentes. Mas se “as ciências, as artes, as filosofias são igualmente criadoras” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 11) o que distingue as ciências, as artes das filosofias? Ora, a ciência opera por funções e proposições nos sistemas discursivos; a arte por sensações e a filosofia é acontecimento enquanto devir.

Dessa forma, a filosofia não deve apenas conformar-se com os conceitos dados pelos filósofos ao longo da tradição para somente reproduzi-los, mas que em ressonância com a tradição, possa criá-los. E como atividade criadora ela opõe-se a contemplação, a reflexão e a comunicação, e Deleuze explica porque:

Ela não é contemplação, pois as contemplações são as coisas elas mesmas enquanto vistas na criação de seus próprios conceitos. Ela não é reflexão, porque ninguém precisa de filosofia para refletir sobre o que quer que seja: [...]. E a filosofia não encontra nenhum refúgio último na comunicação, que não trabalha em potência a não ser de opiniões, [12] para criar o “consenso” e não o conceito. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 12)

Como pode-se ver, a contemplação, a reflexão e a comunicação não criam conceitos, elas são “máquinas de construir Universais em todas as disciplinas” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 13) e os universais, como princípio filosófico, sempre necessitam de explicações.

A atividade de criar conceitos envolve um *gosto* filosófico e este ocorre com violência e o filósofo se vale das palavras para criar seus conceitos, sendo assim, ele pode utilizar palavras correntes e comuns, como o conceito de substância em Aristóteles, que podem passar por despercebido aos ouvidos

dos não filósofos, mas também ele pode lançar mão de uma palavra extraordinária como elemento de seu estilo, como por exemplo o conceito *hecceidade*⁶ do próprio Deleuze. E é nessa condição de criar conceitos que o filósofo se vê na necessidade do uso com as palavras, bem como o de sua escolha. É nesse proceder violento do *gosto* filosófico solicitado pela assinatura do conceito que ele se depara com a filosofia menor que é constituída da filosofia maior, ou como afirma Deleuze, o gosto filosófico “constitui na língua uma língua da filosofia, não só um vocabulário, mas uma sintaxe que atinge o sublime ou uma grande beleza” (2010, p. 14).

Deleuze em *Conversações* (2013) ressalta que o pensamento anda mal porque há um retorno às abstrações, há uma volta ao problema das origens e que as análises em termos de movimentos, de vetores são bloqueadas. Ele afirma que, ao invés de se voltar para as origens “o fundamental é como se fazer acertar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, ‘chegar entre’” (2013, p. 151) em vez de pensar o movimento, a filosofia se volta aos valores eternos. Os direitos do homem exercem a função de valores eternos. As noções de estado de direito e outras mais são abstratas, essas noções abstratas impedem os movimentos e freiam o pensamento. Deleuze diz que:

Sempre que se está numa época pobre, a filosofia se refugia na reflexão “sobre”... Se ela mesma nada cria, o que poderia fazer, senão refletir sobre? Então reflete sobre o eterno, ou sobre o histórico, mas já não consegue ela própria fazer o movimento. (2013, p. 156)

Como se vê o que importa para a filosofia, na perspectiva deleuziana, é criar conceitos e não refletir, pois o filósofo não é reflexivo e sim criador. O que importa para a filosofia é o movimento no conceito “porque não basta dizer: os conceitos se movem. É preciso ainda construir conceitos capazes de movimentos intelectuais”. (2013, p. 156)

⁶ Entende-se por *hecceidade* formas acidentais suscetíveis a intensidades ou graus de um indivíduo e estes compõem-se com outras intensidades ou graus para formar um outro indivíduo. Há na *hecceidade* um modo de individuação que não se confunde com o sujeito ou pessoa, é uma relação de movimento e repouso, o poder de afetar e ser afetado. Sobre o conceito de *hecceidade* C.f. Mil Platôs vol.4, 1997, p. 49.

Para Deleuze o que importa são as relações entre as artes, as ciências e a filosofia e afirma que não há privilégio de uma em relação às outras, isso porque para ele todas as formas de pensamento estão no mesmo nível. “cada uma delas é criadora. O verdadeiro objeto da ciência é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e objeto da filosofia, criar conceitos”. (2013, p. 158) Com isso deve-se pensar sobre a possibilidade de encontro entre elas. As relações de vizinhanças entre a filosofia, a ciência e as artes se dá em relação de assinatura ou criação. Todas elas são igualmente criadoras. Há criação na ciência e nas artes, mas criação de prospectos e de perceptos e afectos respectivamente. Na filosofia há criação de conceitos. No primeiro caso, enunciações científicas, há observadores parciais, que são extrínsecos e definíveis em relação a tal eixo de referência, enquanto que no segundo caso, nas enunciações filosóficas, há personagens conceituais, intrínsecos que compõem o plano de imanência. As relações entre elas estão nas maneiras com que fazem usos da linguagem, usos estes que ao mesmo tempo que definem a diferença entre elas constituem também seus constantes cruzamentos. A relação dessas disciplinas se dá por vizinhanças, são conexões que se fazem de uma infinidade de maneiras possíveis e não são predeterminadas. Tais conexões se dão por autonomia, por interação, por cruzamento entre elas. Tomaz Tadeu, em seu artigo: *Tinha horror a tudo que a pequenava...* publicado na revista Educação, edição especial: Biblioteca do professor com o título: “*Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença*” afirma que não há sentido algum em fazer filosofia *de* algo, como também não faz sentido fazer teoria *de* algo. O que há, como já foi dito, é uma autonomia, uma interação, um cruzamento entre elas. Elas “entram em relações de ressonância mútua e em relações de troca, mas cada vez por razões intrínsecas. É em função de sua evolução própria que elas percutem uma na outra”. (DELEUZE, 2013, p. 160) Se a função da filosofia é criar conceitos isso se dá por meio de intercessores.

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; [...] – mas também coisas, plantas, até animais, como e,

Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. (2013, p. 160)

É por meio dos intercessores que se cria, seja na arte, ciência ou em filosofia. Só se pode criar com a ajuda de intercessores, “eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimem sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê”. (DELEUZE, 2013, p. 160) Há, segundo Deleuze, intercessores qualitativos que são mutações qualitativas ou ideias, são novos estilos que se faz com base num estilo precedente e em ruptura com ele. A criação na filosofia passa por esses inventores que constituem as mutações, sem as quais a filosofia permaneceria sem importância nem interesse porque:

As noções de importância, de necessidade, de interesse são mil vezes mais determinantes que a noção de verdade. De modo algum porque elas a substituem, mas porque medem a verdade do que digo. (2013, p. 166)

A criação é um caminho traçado entre impossibilidades, e é com um conjunto de impossibilidades que se terá a linha de fuga, a saída que se constitui a criação, a potência do falso que constitui a verdade. No conceito não há estatuto de verdade, a noção de verdade não tem importância no conceito, o que importa e o que realmente interessa é o sentido expresso pelos conceitos, o sentido que eles expressam. Na concepção deleuziana a verdade e a essência das coisas são falsos problemas.

A criação se faz em gargalos de estrangulamento. [...] se um criador não é agarrado pelo pescoço por um conjunto de impossibilidades, não é um criador. Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível. (2013, p. 171)

Portanto, para que haja criação é preciso criar um novo estilo, é preciso criar intercessores qualitativos e esse novo estilo não se faz combinando frases, utilizando ideias, compondo palavras, e sim, ao “abrir as palavras, rachar as coisas” para dar possibilidade à linha de fuga, à criação.

Segundo Roberto Machado⁷, Deleuze cria conceitos de duas maneiras: extraindo conceitos dos filósofos que ele estudava e traz tais conceitos para compor sua filosofia ressignificando-os, pois ao apropriar-se de tais conceitos, Deleuze dava um novo sentido a eles. Buscava nos filósofos estudados os conceitos que entram em ressonância, que fazem vizinhança, que tem relação com seu pensamento. Como exemplo podemos ver o conceito de simulacro⁸ que Deleuze extraiu de Platão, esses conceitos têm ressonâncias mas não se equivalem porque Deleuze imprime no conceito a sua singularidade, a sua assinatura ao criar tal conceito.

A outra maneira que Deleuze utiliza para criar seus conceitos foi desterritorializando-se, ou seja, ele saía do território da filosofia e entrava em outros territórios como a literatura, o cinema, a matemática, a biologia, a geografia, dentre outros, extraia os conceitos que conectam-se, que faz uma conjunção com seu pensamento imprimindo sua singularidade aos novos conceitos criados por ele ao se reterritorializar-se. Como conceitos advindos de outros territórios temos: rizoma, cartografia, diferença, dentre outros.

2.2. O que é um conceito para Deleuze

E se a filosofia é tomada por esse filósofo como atividade de criação conceitual, deve-se esclarecer o que é um conceito segundo a sua perspectiva.

Para Deleuze e Guattari (2010, p. 23) “não há conceito simples”, o conceito é uma multiplicidade porque o que os definem são seus componentes que são vários (heterogêneos) e inseparáveis (são traços intensivos); são absolutos devido ao lugar que ocupam sobre o plano de imanência (imagem do pensamento); relativos ao plano do qual se delimitam; remetem a um problema ao qual lhe dá sentido e sua compreensão se dá à medida de sua solução; são devires em relação com outros conceitos situados sob o mesmo plano; são

⁷Palestra proferida por Roberto Machado intitulada: Deleuze e a filosofia, na Universidade Federal do Acre em 02-09-2014. Acessado em 18-12-2019, às 11h.

⁸ Deleuze (1974) em *Lógica do Sentido* propõe uma perversão do conceito de simulacro refutado por Platão para compor seu rizoma conceitual para fugir do modelo de pensamento fundado no Princípio de Identidade.

incorporais, porque embora se efetuem nos corpos não se confundem com o estado de coisas; não são discursivos, porque não encadeiam proposições (não são extencionais) e são autorreferentes. É o que se vê na definição de conceito dada por eles:

Em toda parte reencontramos o mesmo estatuto pedagógico do conceito: uma *multiplicidade*, uma superfície ou um volume absoluto, autorreferentes, compostos de um certo número de variáveis intensivas inseparáveis segundo uma ordem de vizinhança, e percorridos por um ponto em um estado de sobrevoo. (Deleuze; Guattari, 2010, p. 42)

Na concepção deleuziana, o conceito é o puro acontecimento, isso fica evidente quando ele diz: “Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimento [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 42). Por isso a filosofia lida com acontecimento que estão sempre por vir.

Quanto à competência do filósofo em criar conceitos, essa tarefa não se dá somente por criar, mas deve fazê-lo “sob a condição de novos problemas e de um outro plano [...]. Certamente, os novos conceitos devem estar em relação com problemas que são os nossos, com nossa história e sobretudo com nossos devires” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 36). Nesse sentido, um conceito é considerado melhor que o precedente à medida que ele observa as novas variações do plano de imanência antes não percebidas e os devires históricos, pois os conceitos não são eternos.

2. 2.1 A trindade filosófica em Deleuze: criar, traçar e inventar

Deleuze (2010) em sua obra “*O que é Filosofia?*” aponta que a filosofia como ato criativo apresenta três elementos que a constitui e que ele chama de trindade filosófica – criar, traçar e inventar. A filosofia nessa perspectiva deve criar conceitos, traçar o plano de imanência entendido como orientação no pensamento sob o qual os conceitos povoam e inventar os personagens

conceituais, pois são eles que movimentam o pensamento numa enunciação filosófica.

Na obra *Conversações* (2013, p. 170) Deleuze diz que “a filosofia consiste sempre em inventar conceitos. [...] A filosofia tem uma função que permanece perfeitamente atual, criar conceitos. Ninguém pode fazer isso no lugar dela”. Nesse sentido, a função da filosofia não é redizer o que os filósofos já disseram, mas dizer o que está subentendido naquilo que disseram por isso a filosofia é criadora por natureza, porque ela não para de criar novos conceitos. “O conceito é o que impede que o pensamento seja uma simples opinião, um conselho, uma discussão, uma tagarelice”. (2013, p. 170)

Segundo Deleuze (2010, p. 45) “os conceitos filosóficos são totalidades fragmentárias que não se ajustam umas às outras, [...]”. Assim entendidos, os conceitos compreendem um plano, um plano de consistência ou, melhor dizendo um plano de imanência, e este é concebido na concepção deleuziana como a imagem do pensamento.

A filosofia como construtivismo, possui dois aspectos complementares que se diferem: criar conceitos e traçar um plano. Embora conceito e plano sejam correlativos não podem ser confundidos. Deleuze explica porque:

Os conceitos são superfícies ou volumes abstratos, disformes e fragmentários, enquanto o plano é o absoluto ilimitado, informe, nem superfície nem volume, mas sempre fractal. Os conceitos são agenciamentos concretos como configurações de uma máquina, mas o plano é a máquina abstrata cujos agenciamentos são as peças. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 46)

O plano de imanência é fazer uso do pensamento, é “a imagem que ele se dá do que significa pensar” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 47), é orientar-se no pensamento. Enquanto o conceito é a configuração de um acontecimento por vir, o plano de imanência “é o horizonte dos acontecimentos” puramente conceitual. Tal horizonte é absoluto e independe do observador, e que torna o acontecimento como conceito independente de um estado de coisas visível. O plano é o meio em que os conceitos habitam e distribuem-se sem romper-lhe a continuidade dos mesmos.

O plano de imanência é a imagem que faz uso do pensamento e que reivindica o movimento do infinito. E este não remete a coordenadas espaçotemporais, mas sim ao próprio horizonte. “O que define o movimento infinito é uma ida e volta, porque ele não vai na direção de uma destinação sem já retornar sobre si, a agulha sendo também o polo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 48)

Vale ressaltar que o plano de imanência é sempre único, mas ele mesmo sendo variação pura, há planos de imanência variados, distintos que se sucedem na história segundo os movimentos infinitos.

Tracemos então a diferença entre o plano de imanência e os conceitos que o ocupam. Os elementos do plano são traços diagramáticos, são movimentos do infinito que se constituem cada vez mais uma superfície ou um volume, enquanto os conceitos são traços intensivos, são ordenadas intensivas, ou seja, são movimentos finitos. Vejamos o que diz Deleuze:

Os primeiros são *direções* absolutas de natureza fractal, ao passo que os segundos são *dimensões* absolutas, superfícies ou volumes sempre fragmentários, definidos intensivamente. Os primeiros são *intuições*, os segundos, *intensões*. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 50)

No livro *O que é a filosofia?* Deleuze traz um exemplo que explica melhor a afirmação de que os conceitos são ordenadas intensivas e se condensam em totalidades fragmentadas. Pois bem, ele traz o cogito cartesiano, o Eu de Descartes como conceito filosófico assinado - um conceito sempre leva a assinatura de quem o criou. Segundo ele, esse conceito tem três componentes: duvidar, pensar e ser. Estes componentes são ligados por ordenadas intensivas e, “E’ - duvidar, E” - pensar, E''' - ser” (2010, p. 33) são essas ordenadas intensivas que constituem a zona de vizinhança entre os componentes. Nesse sentido, o conceito de Eu em Descartes enquanto multiplicidade é: “eu que duvido, eu que penso, eu sou, eu sou uma coisa que pensa” (2010, p. 33) e é assim que se dá o fechamento do conceito como totalidade fragmentária: “eu sou uma coisa pensante” (2010, p. 34).

O plano constitui o solo absoluto, sua terra, sua fundação sobre os quais a filosofia cria seus conceitos. Ou seja, nos processos da geofilosofia, a terra é o plano de imanência traçado pelo filósofo, é como o filósofo orienta-se no pensamento e os conceitos compõem o território da filosofia pois só ela cria conceitos⁹. “O plano de imanência é como um corte no caos e age como um crivo”. (2010, p. 53) o caos na concepção deleuziana é entendido como a impossibilidade de uma relação entre duas determinações, uma só aparece quando a outra já tiver desaparecido e não como um estado inerte. Adquirir consistência sem perder o infinito no qual o pensamento mergulha é o problema da filosofia.

Além da criação de conceitos e da instauração de um plano de imanência, há outro elemento que aparece em certos momentos na filosofia que parece ter uma existência intermediária entre o conceito e o plano, é o personagem conceitual.

Na enunciação filosófica, não se faz algo dizendo-o, mas faz-se o movimento pensando-o, por intermédio de um personagem conceitual. Assim, os personagens conceituais são verdadeiros agentes de enunciação. Quem é Eu? é sempre uma terceira pessoa. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 79)

Os personagens conceituais não são figuras, personificações ou o representante do filósofo, eles “são os ‘heterônimos’ do filósofo, e o nome do filósofo, o simples pseudônimo de seus personagens” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 78). O filósofo é a peculiaridade de seus personagens conceituais, tendo como destino transformar-se em seus personagens conceituais e estes são os sujeitos ou o devir de uma filosofia.

Os personagens conceituais não se reduzem a tipos psicossociais embora remetam um ao outro sem jamais se confundir. Os tipos psicossociais tornam-se traços de personagens conceituais sobre o plano instaurado e sob os conceitos que cria à medida que se tornam suscetíveis de uma determinação puramente pensante que os arrancam dos estados de coisas históricos de uma sociedade.

⁹Sobre os processos da geofilosofia C.f. *O que é a filosofia?* e *Mil Platôs* vol. 4.

A filosofia segundo Deleuze (2010) apresenta três elementos, considerados em si mesmo e cada um lançam-se sobre os outros dois, são: o plano pré-filosófico (imanência), os personagens pró-filosóficos (insistência) e os conceitos filosóficos (consistência). “Traçar, inventar, criar, esta é a trindade filosófica. Traços diagramáticos, personalísticos e intensivos”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 93)

Como nenhum dos elementos da trindade se deduz dos outros, Deleuze afirma ser necessário uma adaptação que ele chama de *gosto* que seria a regra de correspondência das três instâncias que diferem em natureza. Todavia a atividade de criar conceitos necessita de um longo tempo de trabalho com os conceitos, é necessário precaução. É nisso que consiste o *gosto filosófico* - é esse longo tempo de trabalho com a filosofia, os conceitos e os problemas que lhes dão sentido; é lentidão! Como não se cria conceitos de uma hora para outra, começa-se como na pintura - antes de saber e conseguir criar conceitos, tem-se que fazer retratos. Sobre o gosto Deleuze diz:

O gosto filosófico não substitui a criação de conceitos, nem a modera, é, ao contrário, a criação de conceitos que faz apelo a um gosto que modula. A livre criação de conceitos determinados precisa de um gosto do conceito indeterminado. O gosto é essa potência, este ser-em-potência do conceito: [...] (2010, p.95)

Um conceito só terá sentido quando concorda com outros conceitos e associado a um problema que contribui para resolver. Um bom plano na concepção deleuziana, é aquele que as três atividades que compõem a filosofia não cessam de se alternar, em que uma consiste em criar conceitos (é uma solução), outra em traçar um plano e um movimento sobre o plano (como condições de um problema) e a outra em inventar um personagem (como incógnita do problema). Assim, a filosofia se desenvolve no paradoxo, porque não se pode dizer de antemão se um problema está bem colocado, se uma solução convém e se um personagem é viável, pois cada uma das atividades filosóficas só encontra critério nas outras duas. O sucesso ou o fracasso de uma filosofia não consiste em saber a verdade, se são verdadeiros ou falsos, mas se são interessantes ou importantes para o leitor.

3 Considerações Finais

Diante de tudo que foi exposto até aqui, conclui-se que o papel da filosofia para Deleuze e Guattari não é representar o mundo, basear-se em modelos preestabelecidos ou buscar o Princípio da Identidade, mas de pensar o mundo de forma criativa, contingente, como diferença que surge na repetição autêntica. O filósofo é aquele que cria seus conceitos a partir de problemas que são seus, ao traçar seu plano de imanência e inventar seus personagens conceituais para movimentar o pensamento numa enunciação filosófica.

E como foi falado, não se cria conceitos da noite para o dia. É preciso de um longo tempo trabalhando com a história da filosofia é que se pode ousar criar. Criar a partir da conjunção que se faz com os conceitos de outros filósofos ou desterritorializar-se para outras formas de pensamento, colher aquilo que faz conexão com seu pensamento, das ressonâncias entre essas formas de pensamento e seu e seu modo de filosofar para criar seus próprios conceitos.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles, 1925-1995. **Conversações** (1972-1990)/Gilles Deleuze; Tradução de Peter PálPelbart. – São Paulo: Editora 34, 2013 (3ª Edição). 240 p. (Coleção TRANS)

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectivas. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995. Vol. 1.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Claudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996. Vol. 3

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997. Vol. 4

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 3.ed. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2 ed. Trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DIAS, Sousa. **Lógica do acontecimento Deleuze e a filosofia**: Porto: Afrontamento, 1995.

GALLINA, Simone. **O ensino de filosofia e a criação de conceitos**. Cad. Cedes, Campinas, vol.24, n. 64, p. 359-371, set/dez. 2004

GALLO, Sílvio. **A filosofia e seu ensino: conceito de transversalidade**. – Rio de Janeiro, v.13, N.1, p.17 – 35, 2006.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GARCIA, Wladimir A. C. **A lógica do contágio**. Revista Educação. Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença. Edição Especial Biblioteca do Professor. 2ª Edição – Ed. Nº 6.

KOHAN, Walter. **Ensino de filosofia – perspectivas** / organizado por Walter Kohan – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.296p.

L`abécédaire de Gilles Deleuze – versão legendada em português pela TV Escola, do MEC, na série Ensino Fundamental. Entrevista publicada por Claire Parnete Pierre-André Boutang em 1994

MACHADO, Roberto. **Palestra: Deleuze e a filosofia**. Universidade Federal do Acre em 02-09-2014. Acessado em 18-12-2019 às 11h.

TADEU, Tomaz. **Tina horror a tudo que apequenava...** Revista Educação. Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença. Edição Especial Biblioteca do Professor. 2ª Edição – Ed. Nº 6.